



EM 12 / 11 / 13

## Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

PROJETO DE LEI Nº. 201 /2013

**DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS ESTABELECIMENTOS QUE POSSUAM PRAÇA OU ESPAÇO PRÓPRIO PARA ALIMENTAÇÃO, A DISPONIBILIZAR LOCAL PREFERENCIAL PARA IDOSOS, GESTANTES E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

ENCARREGADO

Aprova:

Art. 1º Ficam obrigados os estabelecimentos/comércios em geral que possuem praça ou espaço próprio para alimentação, a disponibilizar local preferencial para idosos, gestantes e pessoas com deficiência física ou mental.

Art. 2º Local preferencial será destinado à alimentação das pessoas descritas no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º Fica assegurado o mínimo de 5% (cinco por cento) da totalidade das mesas existentes nas praças ou espaços de alimentação, reservadas preferencialmente para as pessoas previstas no caput deste artigo.

Art. 4º Os estabelecimentos que possuem praça ou espaço próprio para alimentação terão prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação desta Lei, para realizar as adequações necessárias a que alude esta Lei.

Art. 5º Devem ser fixadas em local de grande visibilidade nas dependências dos estabelecimentos que possuem praça ou espaço próprio para alimentação, placas informativas com os seguintes dizeres:

**"Lei Municipal nº....., Local preferencial de alimentação dos idosos, gestantes e pessoas com deficiência".**

Art. 6º Não observância desta Lei acarretará ao infrator:



*Câmara Municipal de Marechal Floriano*  
**Estado do Espírito Santo**

Valor de R\$ 200,00 (duzentos reais);

Valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber no prazo de 90 dias após sua publicação.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sessões, 12 de novembro de 2013.

**Ronchi Junior**

**JUSTIFICATIVA**

Considerando que a Lei Federal 10.048/2000, garante diversos direitos oferecendo atendimento a diversas dificuldades encontradas no dia a dia pelos idosos, portadores de deficiência e outros, porém visivelmente no dia a dia vemos que a realidade não é assim.

Assim, ressaltamos a importância em fazer cumprir a Lei em Nosso Município, uma vez que esta medida é essencial para preservar os direitos dos idosos, gestantes e

tendo em vista a mais esta relevância do Projeto de Lei e os benefícios que dele serão acrescentados a Lei Federal, conto com o apoio dos nobres pares para sua